

Médio Oriente

## **A paz cada vez mais longe**

Maria do Rosário de Moraes Vaz

Como alguém disse, os acontecimentos mais decisivos são precisamente os que não aconteceram e a mais clamorosa ausência da lista dos acontecimentos recentes é a captura de Ossama Bin Laden. Ou, ao menos, uma vitória palpável sobre a organização terrorista que encabeça, que dê justificação aos muitos milhares de milhões consagrados ao combate ao terrorismo e, bem mais importante, sossego aos que genuinamente acreditam estar ameaçados por uma hecatombe. Outra ausência trágica é o progresso na resolução de conflitos abertos e latentes, e antes de mais no Médio Oriente e no Golfo, onde a paz e a segurança não estão mais perto de acontecer.

Saddam Hussein, a pretexto do desarmamento do Iraque, da grandiosa reorganização estratégica do Médio Oriente e do Golfo mais dócil aos interesses americanos, ou do advento da democracia trazida de fora aos iraquianos, é o substituto possível, na falta da cabeça dos terroristas da Al-Qaeda. Aqui reside, apesar dos rogos do Papa e do jejum que pediu aos Cristãos no primeiro dia da Quaresma, a grande dificuldade em desarmar o Iraque sem recurso a uma guerra punitiva. E indirectamente reside também, por desatenção ou solidariedade transviada que consente ao mais forte a condução do extinto processo de paz, um obstáculo talvez intransponível à resolução do conflito israelo-palestino, que o mesmo é dizer à segurança e integração plena de Israel no Médio Oriente.

A insistência obsessiva do governo americano na questão iraquiana reduziu a política externa, em todas as frentes, à guerra a Saddam. Assim se constata um excesso aparente e um défice real de liderança americana que os europeus não sabem ou não podem colmatar, embora todas as capitais europeias (e árabes, essas remetidas a um ensurdecido silêncio) saibam que uma guerra contra o Iraque sem avanços na solução da questão palestina é, independentemente dos resultados sumários da operação militar, uma escolha politicamente suicida. Os ingleses têm isso bem presente e estabelecem uma ligação, ainda que discreta, entre a questão iraquiana e a questão palestina, tanto para consumo interno como do «mundo árabe». Os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido e da Noruega assinam conjuntamente no Al Hayat, por exemplo, um artigo em que

afirmam que as atenções e os esforços da comunidade internacional não podem centrar-se exclusivamente no desarmamento do Iraque esquecendo a «situação em Israel e nos Territórios Ocupados».

A declaração dos Quinze adoptada *in extremis* pelo Conselho Europeu em Fevereiro faz uma ligação explícita entre a questão do Iraque e a resolução do conflito israelo-palestino. Pelo menos formalmente, os dirigentes políticos europeus lembram a americanos e israelitas que nenhuma «grande estratégia» para o Golfo e o Médio Oriente os exime de procurar solucionar a questão palestina. E por entre a azáfama diplomática suscitada pela pressão americana sobre os europeus, os representantes da União fizeram saber formalmente a Israel, com inusitada dureza, segundo fontes governamentais israelitas, que condenam a violência excessiva do exército e a instalação de colonatos (objecto de reforço orçamental no novo governo, apesar da situação caótica da economia israelita) e deploram a destruição e confiscação sistemática de casas ou terras palestinianas. Shimon Peres, ex-ministro trabalhista dos Negócios Estrangeiros, questionou entretanto publicamente o lugar cativo da França (mas não do Reino Unido) no Conselho de Segurança, alvitando que a Índia seria um candidato mais populoso e mais merecedor.

Mais prazo menos prazo, mais concessão menos concessão, todos os planos de paz têm uma coisa em comum: Israel aceitará, com acertos menores, o regresso às fronteiras de 1967, condição *sine qua non* de viabilidade de um Estado palestino com um mínimo de contiguidade territorial – que não seja uma retícula de colonatos, para-colonatos, muros, torres de vigia, postos de controle, retalhado em zonas estanques pela omnipresença do exército israelita (como agora acontece em Gaza, dividida em três «zonas de segurança» entre as quais é vedado aos palestinianos movimentar-se). Neste ponto, todos os planos, árabes, americanos, europeus, do Quarteto (Estados Unidos, Rússia, União Europeia, Nações Unidas) coincidem. Ariel Sharon afirma que isso está fora de causa. O novo líder trabalhista recusou, por outro lado, aderir à coligação governamental com o Likud depois de ter sido posto a par das várias iniciativas em curso na «frente palestina», inclusive os cem pontos de emenda ou de discórdia em relação ao *road-map*. Publicamente, afirmou não ter garantias suficientes sobre o empenho de Sharon – que aceitou na coligação a extrema-direita religiosa do NRP, o partido dos colonos que rejeita liminarmente um Estado palestino – relativamente ao processo de paz.

Os actuais esforços para dar corpo ao *road-map* esboçado por Bush principiam porém pela imediata e prévia «reforma» da Autoridade Palestina, ou seja, pelo afastamento de

Arafat, sem qualquer contrapartida em termos de alívio da pressão militar ocupante israelita, que continua a impor na Cisjordânia e em Gaza privações e sofrimento que a lei internacional proíbe e a segurança dispensa. E neste ponto o Quarteto subscreve *ipsis verbis* (é a imprensa israelita que o diz) as exigências de Sharon. Enquanto a anuência de Arafat à nomeação de um primeiro-ministro foi recebida com gélido cepticismo, estavam já escolhidos os três nomes, e assegurada a sua anuência, que a Assembleia Legislativa haverá de eleger em Ramallah para possibilitar a sucessão de facto de Arafat e a retoma do «processo de paz».

Israel está entretanto a precaver-se relativamente à possibilidade de uma operação militar americana contra o Iraque desencadear uma retaliação contra o seu território. As baterias da segunda geração de mísseis contramíssil Patriot (enviadas pelos Estados Unidos e pela Alemanha), bem como do Arrow desenvolvido por Israel com tecnologia americana, estão instaladas e prontas. A distribuição de máscaras anti-gás, extensiva a todos os colonatos ou «entrepósitos» enquistados em território palestino, deixa porém de fora, por decisão confirmada pelo Supremo Tribunal, os territórios oficialmente sob controlo da Autoridade Palestina e de facto sob ocupação, pelo menos intermitente, do exército israelita onde vivem 3 milhões e meio de palestinos. As Nações Unidas reatam entretanto o apelo urgente, sem resposta desde Novembro, para obterem menos de cem milhões de dólares necessários para continuar a prestar o auxílio alimentar que por enquanto se interpõe entre a indigência forçada e a fome de um milhão ou mais de palestinos. Temem, porém, concorrência no apelo à generosidade dos doadores do pesadelo humanitário que antevêm no Iraque.

Desarmar por completo o Iraque das armas que lhe estão proibidas – incluindo aquelas que com maior verosimilhança, no quadro actual, poderiam ser usadas como defensivas – é uma necessidade, se não do ponto de vista militar, porque o grau de ameaça que faz pesar sobre os seus vizinhos é actualmente de somenos (e sobre outras partes do mundo simplesmente não existe), mas porque a credibilidade das Nações Unidas depende do cumprimento desse objectivo. Depende tanto hoje como dependia em 1998, quando os inspectores foram expulsos (não sem terem destruído maior quantidade de armamento que a guerra de 1991, que tinha aliás outro objectivo). Nenhum outro factor de urgência, do ponto de vista da situação na região ou dentro do Iraque, foi acrescentado desde então. Paralela à obsessão do governo israelita em apagar Arafat sem olhar à legalidade dos

meios, a obsessão do governo americano em apelar Saddam Hussein arrisca-se a comprometer o seu objectivo afirmado.

Se Saddam Hussein não tiver nada a ganhar – ou seja, a convicção de que evita de facto um ataque contra o Iraque se satisfizer todas as exigências (e é esta a diferença fulcral entre a posição francesa e a posição americana), também não terá nada a perder se as não cumprir. Se os palestinos forem descobrindo a cada penoso passo que a única coisa que têm a ganhar são mais incursões punitivas de tanques e *bulldozers* e o libelo martelado à exaustão de terroristas, talvez o desespero os impeça de perceber o que têm a perder se derem realmente razão ao libelo. A guerra, para eles, já não pode estar mais perto.